

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS	7
EDITORIAL – RT 1024	9

DOUTRINA

DIREITO AMBIENTAL

As garantias de proteção ambiental e o aumento das queimadas no Brasil <i>Environmental protection guarantees and the increase of forest fire in Brazil</i>	
ALENCAR FREDERICO MARGRAF, RAFAEL DE LAZARI, GUILHERME TELMAN e LETÍCIA PEREIRA CASTRO	19

A responsabilidade civil pós-consumo como mecanismo para garantir o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado <i>Post-consumer civil liability as a mean for achieving the fundamental right for healthy environment</i>	
FLÁVIO COUTO BERNARDES e SUÉLEN MARINE SILVA.....	37

DIREITO CIVIL

Negócios jurídicos processuais: é possível sua utilização nas demandas em que se discutem direitos da personalidade dos menores? <i>Procedural legal business: is it possible to use in demands which disclaim the rights of children's personality?</i>	
MARCELO NEGRÌ SOARES, MAURÍCIO ÁVILA PRAZAK e LETÍCIA SQUARIS CAMILO MEN	61

DIREITO DE FAMÍLIA

União poliafetiva: a inconstitucionalidade formal da decisão do Conselho Nacional de Justiça nos autos do Pedido de Providências 0001459-08.2016.2.00.0000 <i>Polyaffective union: the formal unconstitutionality of the decision of the National Council of Justice in the records of the Providence Request 0001459-08.2016.2.00.0000</i>	
EDUARDO CAMBI e LAURIANO PEREIRA DA LUZ	79

DIREITO DO CONSUMIDOR

O fornecedor equiparado: bases, análise e parâmetros <i>The equivalent supplier: basis, analysis and parameters</i>	
ERICK DA SILVA REGIS	105

DIREITO DO TRABALHO

Impactos da reforma falimentar no Direito do Trabalho e no Direito Processual do Trabalho <i>Impacts of the bankruptcy reform on labor law and procedural labor law</i>	
RAPHAEL MIZIARA	143

DIREITO INTERNACIONAL

Método de admissão e posição hierárquica das convenções internacionais de direitos humanos em panorama cotejado

Method of admission and hierarchical position of international human rights conventions in coupled panorama

EMERSON PENHA MALHEIRO 171

DIREITO MÉDICO

O eventual crime de responsabilidade pelo poder executivo com a utilização da hidroxicloroquina no tratamento para a Covid-19

The possible responsibility crime by the government with the hydroxychloroquine treatment in Covid-19

LUIZ OSÓRIO MORAES PANZA, GUILHERME SIMAS DO AMARAL CATANI e SARAH GONÇALVES RIBEIRO 191

DIREITO MINERÁRIO

A solução de controvérsias no plano do direito minerário: a premente necessidade de desenvolvimento de um efetivo microssistema processual

The solution of issues in the mining law: the urge to develop an effective procedural microsystem

JÚNIOR ALEXANDRE MOREIRA PINTO 217

DIREITO TRIBUTÁRIO

A tributação das pequenas revendedoras de automóveis usados pelo Simples Nacional

The taxation of small secondhand car dealers by Simples Nacional

GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES e HENRIQUE NIMER CHAMAS 235

HISTÓRIA DO DIREITO

O tribuno da plebe no direito romano

The plebe tribune in Roman law

CLAUDIO HENRIQUE DE CASTRO 257

PROCESSO CIVIL

A incompetência do Juizado Especial Civil em caso de necessidade de prova pericial em contratos eletrônicos

The incompetence of the Special Civil Court in cases of expert evidence in electronic contracts

DOUGLAS BELANDA e ANA ELIZABETH LAPA WANDERLEY CAVALCANTI 279

Acesso à justiça e serviço extrajudicial

Access to justice and extrajudicial service

SILAS DIAS DE OLIVEIRA FILHO 293

PROCESSO PENAL

Efeitos da desriminalização do uso de drogas na disciplina penitenciária e execução penal

Effects of the decriminalization of drug use in penitentiary discipline and criminal execution

JOSÉ FLÁVIO FERRARI ROEHIG e RAFAEL JUNIOR SOARES 309

Teoria da audiência: estudo, ensino e prática da instrução penal

Audience theory: study, teaching and practice of penal instruction

ANTONIO CARLOS PINHEIRO KLEIN FILHO e ANTONIO JORGE PEREIRA JÚNIOR 329

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Valor existente em previdência complementar privada aberta, antes de sua conversão em renda ou pensionamento ao titular, pode ser objeto de partilha por ocasião da dissolução do vínculo conjugal, pois possui natureza de aplicação e investimento
ANA LÚCIA RIBEIRO MÔL e Luiz MANOEL GOMES JUNIOR..... 353
- Admissibilidade de prestação de contas de pensão alimentícia pelo guardião do alimentante, exclusivamente em razão da proteção da criança ou adolescente, fiscalizando o atendimento integral de suas necessidades, ficando vedada, entretanto, a possibilidade de apuração de créditos ou preparação de revisional, pois os alimentos são irrepetíveis
AMANDA DUARTE PINHEIRO, CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS e MARIANA SILVA BORGES..... 379
- O descumprimento do acordo firmado entre o mutuário e o condomínio não acarreta a alteração da natureza da dívida, que se mantém *propter rem*, sendo parte legítima no polo passivo do cumprimento da sentença o proprietário imóvel gerador dos débitos condominiais
EVERALDO AUGUSTO CAMBLER..... 388

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Ente público não responde por créditos trabalhistas devidos no período em que atua como interventor em hospital, pois não age em nome próprio e nem na condição de tomador de serviços
ROBERTA KARAM RIBEIRO 397

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Suspensa a eficácia da medida provisória que autoriza o compartilhamento de dados dos usuários do serviço telefônico fixo e móvel pessoal com o ente público, em razão do cenário de urgência de saúde pública decorrente da pandemia global da Covid-19, a fim de evitar danos irreparáveis à intimidade e ao sigilo da vida privada 419
- Incidência do ISS sobre medicamentos produzidos por manipulação de fórmulas, sob encomenda, para entrega posterior ao adquirente, em caráter pessoal e do ICMS sobre as operações de venda de fármacos por elas ofertados aos consumidores na prateleira, para fins de tese de repercussão geral 423
- Estado não tem responsabilidade civil por danos causados por presos foragidos a terceiros, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada 426
- Cláusula de contrato de previdência complementar privada que prevê a aplicação de percentual distintos para homens e mulheres fere o princípio da isonomia e é constitucional 429

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- O registro da venda de imóvel no termo legal da falência, mas antes da decretação daquebra, só é anulável com a prova de fraude..... 435

- Ocupante de terreno de marinha invadido há mais de 20 anos responde pela taxa de ocupação até a citação da União..... 445

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

- Inadmissibilidade de anulação de todas as certidões cartorárias de transcurso de prazo e a consequente desconstituição da decisão *a quo* que determinou a mudança de fase processual, não havendo cerceamento de defesa..... 449

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

- Inadmissível a alegação de atipicidade do crime de moeda falsa, tendo em vista que a falsidade das cédulas é apta a ludibriar o homem comum, dada a semelhança com a verdadeira, inexistindo falsificação grosseira..... 453

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

- É intempestiva apelação visando a absolvição do crime de venda de bebida alcoólica para adolescente, tendo em vista que a contagem do prazo de cinco dias inicia-se na data da efetiva intimação e não da juntada do mandado aos autos..... 457

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

- Incabível a absolvição pelos crimes de condução de veículo automotor com capacidade psicomotora alterada e o de resistência quando devidamente comprovadas a autoria e materialidade..... 461

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

- Ausência de justificação de motivos para alteração da curatela impede a flexibilização da ordem legal de preferência, em prol dos interesses do curatelado..... 467

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO

- Possibilidade de substituição da prisão preventiva pela prática do crime de tentativa de homicídio cometido no âmbito doméstico e familiar, uma vez que não há provas da periculosidade do agente, aplicando-se outras medidas cautelares alternativas..... 471

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

- Impossibilidade de condenação pelo crime de sonegação fiscal de ICMS por empresa optante do regime simplificado de apuração, uma vez que o arbitramento do lucro bruto é incompatível com a sistemática do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte..... 475

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- É cabível o pagamento de indenização por danos morais por remoção de vídeos sem autorização judicial pelo provedor de compartilhamento, por violação da garantia de liberdade de expressão, em autêntica censura prévia, impondo-se, também, a reinserção do conteúdo no site..... 483

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

- Caracterizado o crime militar de extravio de armamento culposo, ainda que haja resarcimento integral ao erário de material bélico subtraído sob sua guarda..... 489

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- Índice de Temas..... 493
- Índice de Autores..... 497

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA 501